

INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS NO PIAUÍ: DIAGNÓSTICOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (2020–2025)

CHILDHOODS, ADOLESCENCES, AND HUMAN RIGHTS IN PIAUÍ: DIAGNOSES AND PERSPECTIVES FROM THE FIELDS OF EDUCATION AND SOCIAL ASSISTANCE (2020–2025)

Thiago Reisdorfer¹

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada no estado do Piauí entre 2024 e 2025, como parte do processo de revisão do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA). A investigação teve como eixo central a escuta de 60 crianças e adolescentes, integrantes de dois grupos culturais da cidade de Oeiras-PI, mobilizando rodas de conversa como metodologia, e articulando essas narrativas à análise de dados públicos referentes ao período de 2020 a 2025. Fundamentada em uma perspectiva crítica e antiaadultocêntrica, a pesquisa reconhece as infâncias e adolescências como sujeitos de direito, cujas experiências e interpretações tensionam políticas públicas e diagnósticos institucionais. O artigo prioriza os temas de Educação e Assistência Social, os mais recorrentes nas escutas, revelando fragilidades estruturais nesses campos, especialmente no que se refere à precariedade de recursos, à limitação de acesso e à ausência de participação efetiva das crianças e adolescentes na formulação e monitoramento de políticas. Além disso, evidencia o descompasso entre a materialidade das ações estatais e a percepção dos sujeitos. O artigo problematiza, ainda, a invisibilidade das infâncias rurais e quilombolas nas políticas públicas, a fragilidade na comunicação de programas sociais, e a necessidade de mecanismos permanentes de escuta infantil. Concluímos que políticas de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes no Piauí exigem não apenas a inclusão formal das crianças como sujeitos de direito, mas também a superação de lacunas históricas: descentralização de serviços, transparência de dados e enfrentamento das desigualdades interseccionais.

Palavras-Chave: História das Infâncias. Infâncias e Adolescências. Direitos Humanos. Piauí.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor efetivo do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Oeiras) e docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória/UESPI). Coordena o GT História das Infâncias e Juventudes da ANPUH/PI, atuando principalmente nos temas Universidade, juventude, ensino de História, História do Tempo Presente e história oral.

ABSTRACT

This article presents the findings research study conducted in Piauí State between 2024 and 2025 as part of the review process for Brazil's National Decennial Plan for the Human Rights of Children and Adolescents (PNDHCA). Centered on participatory listening, the study engaged 60 children and adolescents from two cultural groups in Oeiras-PI through dialogue circles, while cross-referencing their narratives with public policy data from 2020-2025. Grounded in a critical, anti-adultocentric framework, the research recognizes children and adolescents as active rights-holders whose lived experiences can challenge institutional diagnostics and public policy paradigms. Focusing on Education and Social Assistance, the most salient themes emerging from participant voices, the analysis reveals systemic vulnerabilities: resource inadequacies, access barriers, and the exclusion of youth from policy design and oversight processes. A critical finding highlights the dissonance between state actions and community perceptions of their effectiveness. The study further examines the policy invisibility of rural and quilombola youth, breakdowns in social program communication, and the imperative to institutionalize child participation mechanisms. We conclude that advancing child rights in Piauí requires moving beyond formal inclusion to address historical deficits through three key pathways: service decentralization, data transparency, and intersectional policy approaches to dismantle ethnic-racial, geographic, and gender inequalities.

Keywords: History of Childhood. Childhood and Adolescence. Human Rights. Piauí.

INTRODUÇÃO

Este² artigo sistematiza e discute elementos da pesquisa desenvolvida ao longo de 2024 no estado do Piauí, especialmente em Oeiras/PI, para a revisão do Plano Decenal Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA). Tanto em âmbito nacional quanto local, o trabalho pautou-se no pressuposto teórico e político da centralização das vozes de crianças e adolescentes, por meio de suas escutas, para (re)pensar as políticas do PNDHCA. Para tanto, concentramos as atividades em momentos de escutas de crianças e adolescentes e, num segundo momento, na busca e sistematização de dados que são apresentados e discutidos ao longo deste texto. Ao longo do texto, mobilizaremos e analisaremos os resultados produzidos nas escutas e na coleta de dados das áreas temáticas da Educação e da Assistência Social no Piauí, visando contribuir para a consolidação da discussão dessas demandas no âmbito do PNDHCA.

A pesquisa realizada visava mobilizar contribuições para a substituição e continuidade do PNDHCA 2010-2020, que deveria ter sido renovado em 2020. A ausência de criação de um novo plano levou à proposição,

2 Esta pesquisa foi realizada com o apoio de recursos provenientes do Projeto de Revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes coordenado pelo Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda e financiado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

em 2023, da criação de nova equipe que atuou em 2024 e 2025 na sua construção. Para tanto, foi organizado um amplo esforço de pesquisa, coordenado pelo professor Humberto da Silva Miranda (UFRPE), e dividido com 27 equipes estaduais para a sistematização local e estadual das contribuições que partiram dos diferentes territórios. O principal esforço na construção da pesquisa foi a centralização da participação de crianças e adolescentes nas reivindicações e formulações de propostas para o PNDHCA. Para tanto, foram desenvolvidos dois momentos de escuta de crianças e adolescentes. O primeiro, ainda no final de junho de 2024, ouviu cerca de 30 sujeitos participantes de um grupo de Hip Hop organizado pelo CRAS 2 da cidade de Oeiras-Piauí. O segundo momento de escuta ocorreu em outro grupo cultural, na comunidade quilombola Queiroz, localizada no interior do município de Oeiras, também com 30 participantes.

Outro eixo estruturante deste artigo são pesquisas de dados. Estes devem ser vistos a partir da percepção das crianças e adolescentes. Políticas podem ter dados positivos e serem percebidas como insuficientes ou não estar presentes em determinados espaços. Essa dinâmica evidencia a necessidade de analisar os distanciamentos entre os dados públicos das políticas (mesmo as consideradas bem-sucedidas) e a percepção e demandas sociais a elas relacionadas.

Outro ponto importante a respeito dos dados é a fragilidade de sistemas de organização, compilação e construção de dados. No Piauí, alguns elementos relevantes não foram localizados. Essa situação se repetiu em outros espaços, como foi possível perceber no Seminário Regional, realizado em Recife entre 03 e 04 de julho, no qual foram apresentados os relatórios dos demais estados do Nordeste. Essas lacunas indicam a fragilidade da capacidade de sistematização, planejamento e avaliação de políticas públicas no Piauí pois a ausência de dados fragiliza qualquer iniciativa nesse sentido.

A articulação dessas questões fundamentou a estruturação deste texto. Na primeira seção, são apresentadas as discussões teóricas e metodológicas que orientaram a pesquisa. O estudo originou-se a partir de dois eixos analíticos: (i) Promoção dos Direitos e (ii) Defesa de Direitos. O primeiro eixo, foco de nosso olhar, organiza-se em dois blocos temáticos: (a) Direito à educação, saúde e assistência social; e (b) Direito à cultura, esporte, lazer e meio ambiente. Para os fins deste artigo, opta-se por priorizar a análise das duas temáticas que se mostraram mais recorrentes nas demandas expressas por crianças e adolescentes: educação e assistência social. A abordagem de cada um desses temas se estrutura, inicialmente, pela sistematização das reivindicações apresentadas por crianças e adolescentes no

âmbito das escutas realizadas. Posteriormente, procede-se à análise desses dados à luz de informações provenientes de múltiplas fontes, notadamente órgãos governamentais — em nível estadual e federal —, organizações da sociedade civil e pesquisas acadêmicas.

A título de breve contextualização, precisamos destacar que o Piauí conta, em 2025, com uma população total de cerca de 3.2 milhões de habitantes, quase 2.2 milhões de pessoas, mais de dois terços da população, estão cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico). Sendo 1.364.036 em situação de pobreza; 421.973 pertencem a famílias de baixa renda; e 387.140 vivem em famílias com renda acima de meio salário mínimo³.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 DIALOGANDO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

A realização de pesquisas com crianças e adolescentes apresenta desafios singulares, daí a necessidade de aprofundarmos o debate nesta seção. Historicamente silenciadas e invisibilizadas pela academia (Sosenski, 2015; Albarrán, 2012; Costa Júnior, 2023), em especial pela História, faz-se necessário um esforço para pensá-las não apenas a partir de olhares adultos e adultocêntricos (Quapper, 2012; Oliveira, 2023), mas também, a partir de suas inquietações, desejos, anseios e sonhos. No caso em tela, que parte de uma pesquisa voltada para a produção de um repensar de políticas públicas, esse desafio se soma às necessidades da estrutura organizacional de construção dessas políticas no Brasil.

Em linha com a perspectiva teórica e política da pesquisa em âmbito nacional e, também, de nossas preocupações históricas, foi aplicada a metodologia estabelecida na coordenação nacional para a escuta das crianças e adolescentes e, também, para a construção dos dados que serão apresentados. As equipes estaduais, compostas por um pesquisador responsável e um auxiliar de pesquisa, receberam materiais de orientação. A preocupação do que foi denominado “Diagnóstico acerca da Situação das Infâncias e Adolescências” foi o estabelecimento das escutas valorizando e evidenciando as diversidades sociais para a construção desse diagnóstico. Essa perspectiva se ancorou nas renovações das discussões acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento que têm destacado a agência histórica e social de crianças e adolescentes:

3 Dados extraídos do CadÚnico. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painelo3.php#>. Acesso em: 23 jun. 2025.

A nova imagem da criança que vem se consolidando, ressalta as suas competências, em especial as múltiplas linguagens que sustentam sua vigorosa interação social desde o nascimento. Destaca também as influências de fatores como classe social, gênero, pertencimento étnico-racial, crença religiosa etc. na vivência da infância de cada criança, mas, ao mesmo tempo, lhes atribui agência no processo de apropriação da cultura (Cruz; Martins, 2017, p. 30).

Essa percepção tensiona compreensões adultocêntricas que veem as crianças apenas como reprodutoras, ou então, “manipuladas” por interesses adultos (Gouvêa, et al, 2021). Entretanto, não pode cair na ingenuidade oposta de que é possível perceber uma narrativa “pura”, sem mediações e intervenções, quando são produzidas por crianças e/ou adolescentes. Assim como qualquer grupo social, as narrativas produzidas nas escutas são mediadas por diferentes relações intersubjetivas (Passerini, 2011), ou seja, dialogando com as relações sócio-históricas que permeiam os momentos de enunciação pública.

As escutas e a coleta de dados deveriam contemplar as preocupações dos quatro “Eixos” do Novo Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes. São esses: 1) Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; 2) Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes; 3) Controle e Controle social da efetivação dos direitos; 4) Intersectorialidade e Transetorialidade na perspectiva do atendimento integral.

A partir dos quatro eixos, foram estruturadas temáticas centrais para o processo de escuta. As temáticas principais foram: Educação; Saúde; Assistência Social; Cultura, Esporte e Lazer; Habitação; e Proteção. Junto aos temas principais foram sugeridas diferentes dinâmicas de trabalho que poderiam contribuir para a produção de escutas qualificadas e que fossem protagonizadas pelas próprias crianças e adolescentes. A diversidade de possibilidades nas escutas, realizadas com públicos, espaços, dinâmicas e relações diversas, implicou a necessidade de diferentes formas de adaptação.

Um dos elementos que contribuiu com especificidades no caso piauiense foi o fato de que, em geral, o processo de seleção de pesquisadores contemplou pessoas sediadas na capital dos diferentes estados. Em nosso caso, trabalhamos e somos residentes de Oeiras, uma cidade do centro sul, interior do Piauí, conhecida por seu patrimônio histórico enquanto capital do estado até a década de 1850, pela forte presença da religiosidade em sua população e pela predominância de um passado colonial e escravista que produziu diferentes marcas em seu presente.

A cidade de cerca de 38 mil habitantes foi o foco de nossa pesquisa com o público alvo. Desejávamos pensar outras espacialidades e historicidades para além dos grandes centros urbanos, visibilizando e enfatizando perspectivas, experiências e vivências de crianças e adolescentes de pequenas/médias cidades do interior do país. Para tanto, contatamos a Secretaria de Assistência Social do Município e nos foi indicado o trabalho com o Centro de Referência em Assistência Social – “CRAS I”. Este fica localizado em um bairro da periferia da cidade e atende demandas de assistência social urbanas e rurais.

Após contatos com a equipe responsável e a apresentação dos parâmetros teóricos, políticos e éticos da pesquisa, nos foi indicado realizar escutas com dois grupos que existem sob a promoção e a atuação da equipe do CRAS I: um Grupo de Hip Hop e um Grupo de Makulê⁴. O grupo de Hip Hop conta com cerca de 30 crianças, meninos e meninas de toda a cidade, e se reunia toda segunda-feira na sede do próprio CRAS para o aprendizado do ritmo, dança e musicalidades Hip Hop. Já o grupo de Makulê é sediado no Quilombo Queiroz, comunidade quilombola sediada no interior do município, a cerca de 20 km da cidade⁵.

A estrutura física e os grupos em que foram realizadas as escutas fizeram com que fosse necessário adaptar a metodologia. Em ambos os casos as escutas foram realizadas em ambientes bem precários em que a melhor possibilidade encontrada foi a “roda de conversa”. Essa definição se deu a partir da reflexão teórica e metodológica a respeito do trabalho com crianças e adolescentes (Pires, 2008; Pires, Santos, 2019). Todo o grupo, crianças, adolescentes e pesquisadores, sentou no chão, em círculo, e estabeleceram o diálogo. Mobilizamos cada uma das temáticas orientadas, partindo daquelas que entendíamos serem mais “próximas” para as crianças e adolescentes, até aquelas mais abstratas e/ou distantes. Assim, organizamos a seguinte sequência: 1) Educação; 2) Cultura, Esporte e Lazer; Saúde; Habitação; Assistência Social; Proteção⁶.

Em cada um desses temas, o grupo escutado era estimulado a falar livremente o que seriam suas análises de problemas, qualidades e, também, suas reivindicações. Foram estimulados a identificar limites, mas também, quando houvessem, qualidades que suas experiências e vivências identi-

4 Prática cultural afro-brasileira que combina música, dança e percussão com elementos de luta. O grupo é organizado pela equipe do CRAS I.

5 Em ambos os casos foi solicitado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por familiares e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para as crianças e adolescentes. Os documentos assinados estão sob guarda do pesquisador.

6 Neste texto trabalharemos, como temos informado, apenas as demandas relacionadas diretamente aos tópicos Educação e Assistência Social.

cavam nessas questões. Estamos cientes que a própria ordem das temáticas debatidas (que durante as escutas contaram com diferentes idas e vindas entre temas e demandas) interfere na dinâmica e no resultado das escutas. Por isso propusemos uma sequência que partia daquelas que identificávamos como os maiores pontos de contato entre as infâncias e adolescências de nosso contexto com diferentes aparelhos do estado.

As escutas foram realizadas na sede das atividades dos grupos culturais. No caso do grupo de Hip Hop, contamos com 30 crianças e adolescentes, entre 4 e 19 anos. A atividade foi realizada em uma sala do CRAS I e acompanhada pela equipe que coordena o grupo. No caso do Grupo de Makulelê, não havia sala disponível para a realização da atividade, assim, foi realizada no centro da quadra de esporte da comunidade Queiroz, onde a atividade é sediada. Foi possível perceber um momento inicial de timidez, especialmente entre os adolescentes, mas uma crescente descontração, especialmente entre as crianças, durante a atividade. Em nossa percepção, a dinâmica de roda de conversa, o ato de sentar no chão, contribuiu para esse fato, pois permitiu uma informalidade e visibilidade mútua, gerando uma dinâmica de relativa igualdade que foi reforçada por nós com o constante estímulo para a fala e, também, para a escuta de todo o grupo.

A especificidade dos grupos para as escutas gerou uma dificuldade: como produzir um espaço em que crianças com menos de 10 anos e adolescentes de até 18 anos pudessem se expressar? Uma das possibilidades seria separar os grupos para escutas em momentos diferentes a partir de critérios de idade. Entretanto, não havia disponibilidade de horário nos grupos para a realização de duas atividades. Dessa forma, foi preciso criar uma dinâmica em que isso fosse viável. Para tanto, ao criarmos a roda de conversa, posicionamos as crianças mais próximas dos pesquisadores e os adolescentes no outro lado da roda. Além disso, durante as atividades, buscávamos incentivar as crianças menores a falar, seja olhando diretamente para elas, seja perguntando se teriam contribuições. Sempre com a preocupação de não as constranger, em caso de não desejarem falar. Outro ponto em que atentamos, foi enfatizar a necessidade de respeitar a fala de todo o grupo, sem interrupções. Em um grupo de 30 crianças e adolescentes, as falas paralelas, sobreposições, interrupções e afins ocorreram em diferentes momentos pela própria dinâmica e interesse em participar. Entretanto, vimos que a proximidade física e o incentivo à fala produziram um resultado positivo, pois em diversos momentos as crianças produziram falas manifestando suas dúvidas, anseios e desejos no âmbito do diálogo. O registro das informações foi realizado a partir de cadernos de campo, em que registrávamos o conteúdo e a forma das reivindicações, demandas, comentários, entre outros. Por questões de limites éticos da pesquisa, não foram regis-

tradas fotografias ou vídeos do momento.

Já a escrita de nosso texto contou com uma preocupação constante: valorizar, trazendo para o primeiro plano, as escutas das crianças e adolescentes. A estrutura da pesquisa apresentava esse marco como central. Tendo em vista a preocupação em não invisibilizar as crianças e adolescentes, que devem ser sujeitos ativos e centrais na discussão de seus próprios direitos, optamos por construir a pesquisa e o texto sempre apresentando primeiro as reivindicações das crianças e adolescentes para, na sequência, trazer dados que ampliem as perspectivas. Os dados podem ou não coincidir com as preocupações das crianças e adolescentes, uma vez que a percepção de situações e condições sociais nem sempre condiz com dados objetivos e, frequentemente, centrados em perspectivas alheias às das crianças. Esse elemento não deve, em hipótese alguma, ofuscar as reivindicações de crianças e adolescentes, mas sim, complexificar a compreensão das recepções e demandas das políticas públicas estatais.

1.2 EDUCAÇÃO: DEMANDAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Visando apresentar os dados de cada um dos eixos estruturantes da pesquisa, sem deixar de lado nossa preocupação em centralizar a narrativa das crianças e adolescentes, primeiramente, apresentamos o resultado das escutas no âmbito da educação, sistematizando as principais questões e demandas visando maior clareza na escrita. Em seguida, trazemos um levantamento de dados educacionais pesquisados com o alerta de que, em alguns casos, há demandas ou dimensões na fala das crianças e adolescentes que não foi possível localizar dados para a análise.

O ponto central da reivindicação das crianças e adolescentes na dimensão educacional pode ser sistematizado como “participação”, no sentido abordado por (Hart, 1993; Machieski, 2022; Daminelli, Machieski, Lazarotto, 2021). Esse foi um dos focos da fala de crianças e adolescentes. Os limites adultocêntricos na estrutura educacional vivenciada pelas crianças e adolescentes foram denunciados em diferentes pontos. Importa destacar que, como veremos, não houve, por parte das crianças e adolescentes, a enunciação de um desejo de ruptura com o sistema educacional, mas sim a sua reformulação visando a ampliação de espaços de atuação das crianças e adolescentes no entremear de estudantes/sujeito infanto-juvenil. Vários dos pontos a seguir tem como possível solução a ampliação de espaços e incentivos à participação de estudantes na gestão acadêmica e administrativa das escolas. As principais reivindicações de participação foram:

- Participar da escolha de diretores;
- Participar da escolha de livros didáticos;
- Participar da construção do cardápio de lanches e refeições;
- Participar na construção de regras e protocolos de comportamento;
- Participar da construção e escolha de uniformes escolares;
- Participar do regramento do uso de celulares;
- Participar na construção do currículo escolar – optativas, eletivas, oficinas.

A listagem acima permite perceber uma demanda ampla por participação dos estudantes na vida escolar, geralmente avessa à intervenção infantil e juvenil. Há a reivindicação de intervenções desde a gestão, como a demanda por participação na escolha de diretores⁷, regras e protocolos de comportamento, indicam. Elementos do pedagógico que tradicionalmente são vistos na cultura escolar como de responsabilidade docente, tendo em vista seu saber acadêmico e pedagógico, também sofrem demandas por intervenção, desde a participação na escolha de livros didáticos até a construção do currículo e, mesmo, no regramento do uso de celulares. Destaque-se, nesse ponto, que as crianças e adolescentes defenderam a regulamentação e limitação do uso de celulares. O argumento apresentado nas escutas visava um equilíbrio entre o entretenimento por meio do aparelho e a necessidade de concentração nos momentos de aprendizado.

Inclusive, tivemos propostas concretas nesse sentido, demonstrando um grau de problematização importante sobre o assunto. Foi defendido entre as crianças e adolescentes do grupo de Hip Hop que o intervalo escolar (recreio) fosse estendido pois, segundo eles, não havia tempo nos tradicionais 15 minutos para lanche, beber água, usar o banheiro e ainda “espiar” o celular e conversar com amigos. Assim, propôs-se a ampliação do tempo do intervalo com a modificação do início e fim da aula como forma de compensar. Nota-se a habilidade de proposição de reformas e, também, a capacidade e o desejo de negociação na participação ativa na gestão do tempo escolar.

Por fim, vemos que outras dimensões materiais também são reivindicadas como áreas de atuação das crianças e adolescentes: a decisão sobre o cardápio e a criação e uso de uniformes escolares estiveram presentes nos dois momentos de escuta. O lanche foi um dos pontos mais abordados. Reivindicações de melhoria da qualidade, variedade e higiene no processo de produção se fizeram presentes.

7 No Piauí, os diretores são nomeados externamente e não eleitos pela comunidade escolar.

Além da demanda por ampliação de participação, as crianças e adolescentes apresentaram um amplo conjunto de reivindicações correlatas à educação. Listamos e abordamos brevemente abaixo suas demandas:

Acesso à escola:

- Melhoria no transporte rural e urbano;
- Ampliação da distribuição de Kits de Material Escolar;
- Construção de passagens molhadas/pontes⁸ (estudantes dos quilombos ficam até 1 mês sem ir as aulas em períodos chuvosos);
- Bolsas de estudo para o ensino fundamental;
- Ampliação de cursos universitários no interior.

O acesso à escola foi destacado pelas crianças e adolescentes presentes. Como veremos abaixo, o Piauí conseguiu universalizar o acesso ao Ensino Fundamental. Entretanto, creches e Ensino Médio continuam um desafio. De toda forma, a compreensão de acesso que emergiu nas escutas teve uma perspectiva mais ampla. A disponibilidade de vaga deve estar combinada com transporte, material escolar e bolsas de estudos que permitam a permanência, em especial nos anos finais do fundamental e no Ensino Médio, os quais a entrada no mercado de trabalho concorre com a permanência.

Entretanto, não basta o acesso e os meios para acessar, é necessário a compreensão de demandas diversas para o currículo escolar e o funcionamento de regras e relações no âmbito da escola. Vejamos:

Currículo escolar:

- Inclusão de disciplinas e atividades: Hip Hop, Ampliação de atividades fora da escola (viagens, visitas, entre outros);
- Maior variedade em línguas estrangeiras;
- Aulas de Tecnologia, Oficinas de cozinha, música, empreendedorismo, desenho/grafite, futebol;
- Ampliação e qualificação de Educação Física.
- Ampliação da disponibilidade de psicólogos nas escolas;
- Ações contra bullying: Gordofobia, Machismo.

8 Na região de Oeiras-PI é comum a construção de “passagens molhadas” nas estradas cruzadas por riachos. Estas são feitas concretando ou instalando pedras no leito do rio, visando dar estrutura para a passagem de carros, motos e pedestres pelo leito. O problema é que nos períodos de chuva (novembro a junho), muitas vezes, as passagens são cobertas pela vazão dos riachos, impedindo o acesso e degradando as passagens. Mesmo assim, ainda são poucas as pontes nas comunidades do interior.

Organização e regras escolares:

- Ampliação do tempo do recreio;
- Maior espaço para a resolução de conflitos entre os estudantes e entre estudantes e professores/gestores;
- Fim das aulas aos sábados;
- Momentos e formas de avaliação dos professores pelos estudantes;
- Adiar o início das aulas pela manhã;

Foi possível perceber insatisfações com a estrutura curricular por meio da demanda por maior variedade de disciplinas de línguas, tecnologias, arte, empreendedorismo, entre outros. Há, ainda, a compreensão de que a educação não deveria ser realizada apenas dentro dos muros das escolas, como fica demonstrado na demanda por viagens, visitas e outros deslocamentos. Por fim, as regras escolares receberam atenção. Estas demandas estão articuladas com as anteriores por participação. Houve demandas pela participação nas regras e, no que vemos acima, já há construção de proposições. Novamente reforça-se a compreensão problematizadora das relações educacionais pelas crianças e adolescentes. Para além da ideia hegemônica de que a escola “faz” as infâncias, adolescências e juventudes, vemos aqui um esforço para que a escola seja feita também pelas infâncias (Dayrell, 2007).

Além da participação na organização cotidiana na rotina das escolas, as ponderações e reivindicações sobre a estrutura escolar também se fizeram presentes:

Estrutura escolar:

- Climatização e Ar condicionado nas salas;
- Estrutura das salas (Cadeiras, iluminação, quadros, entre outros similares);
- Banheiros (limpeza e reforma);
- Criação e ampliação de bibliotecas com mais livros, gibis e biblioteca virtual;
- Criação e ampliação de laboratórios de informática, ciências, tecnologia, robótica e outras disciplinas;
- Melhoria da internet;
- Ampliação e melhoria nos bebedouros;
- Reforma, manutenção e limpeza das escolas (bebedouros, cadeiras – incluindo tamanhos adequados às idades –, espaços para brincar);

- Disponibilização de armários;
- Salas de aulas com menos alunos;
- Enfermarias.

Veremos abaixo que a estrutura escolar do sistema educacional público é bastante precária. Esse diagnóstico e proposição emergem na fala das crianças e adolescentes. De todas as questões acima, gostaríamos de destacar a importância da demanda por climatização. O Piauí conta com períodos de temperatura altíssima, em especial entre setembro e dezembro de cada ano. Esse período, conhecido localmente como B-R-O-Bró, registra, constantemente, temperaturas acima de 40 graus. As mudanças climáticas têm agravado essa situação e precisam ser endereçadas para que um mínimo de qualidade no ambiente escolar seja garantido.

Vemos uma ampla gama de demandas e reivindicações. Ouvir as crianças e adolescentes foi fundamental para uma visão menos adulto-centrada do complexo sistema educacional piauiense. Mais do que apenas alunos, são eles e elas que vivenciam na prática a educação. E, sendo a educação um dos eixos dos Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes e, também, um espaço para a expansão, consolidação e disseminação das políticas em Direitos Humanos, vemos, nos relatos desses sujeitos, diferentes limites para seu exercício com qualidade e com respeito a esse direito fundamental.

1.3 PENSANDO O SISTEMA EDUCACIONAL PIAUIENSE A PARTIR DE DADOS

Cabe-nos agora ampliar a discussão analisando dados do estado do Piauí e seu sistema educacional. Destacamos que os dados não são e não devem ser vistos como espaço de invalidação ou mesmo legitimação das falas, mas sim como ferramentas que complexificam as discussões. Sujeitos históricos, as crianças e adolescentes experimentam a realidade, as políticas públicas e as diferentes dimensões da sociedade a partir de sua própria subjetividade. Constroem, em suas memórias e narrativas, leituras intersubjetivas que interpretam e significam de diferentes maneiras as políticas públicas.

Metodologicamente, a coleta e seleção de dados, que serão apresentados ao leitor, foram realizadas tentando atender duas questões: 1) apresentar por meio de dados a situação de elementos elencados pelas próprias crianças e adolescentes; 2) atender as demandas formuladas pela coordenação nacional da pesquisa. Assim, veremos abaixo um amplo conjunto de dados das diferentes áreas de atuação.

O primeiro elemento que buscamos pensar para percebermos condições do sistema educacional no Piauí é a problemática do acesso. Para tanto, compilamos e apresentamos abaixo números e análises sobre essa dimensão. A porta de entrada para muitas das crianças e adolescentes é o Ensino Infantil. Nesse sentido, poderemos perceber as limitações do acesso a esse espaço. No âmbito das creches, contamos com dados do Todos Pela Educação, construídos a partir da PNAD contínua⁹. Ali aponta-se que no Piauí, em 2023, 39% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creche; 28% das crianças não frequentam creche por opção de pais e/ou responsáveis; e 33% das crianças piauienses na faixa etária não frequentam creche por falta de acesso. Esses dados apontam a necessidade de amplos investimentos nessa seara educacional.

No âmbito dos custos, a Confederação Nacional dos Municípios¹⁰ apontou uma necessidade de 1,9 bilhão de reais de investimento ao ano para a viabilidade de 100% das crianças piauienses em creche. Essa soma implica a necessidade de adequação de gastos e a transferência de recursos via governo federal.

O acesso à pré-escola foi estatisticamente universalizado no Piauí. Dados de relatório do Todos Pela Educação, datado de 2023¹¹, apontam que 99,1% das crianças estão matriculados na pré-escola. Esse número é maior do que a média nacional, que é de 94,2%. No Ensino Fundamental há também uma condição de universalização do acesso com 99,9%¹² da população entre 6 a 14 anos matriculadas. Já no Ensino Médio há uma significativa queda da porcentagem com apenas 58% dos jovens de 19 anos com a etapa concluída. Vemos aí um gargalo significativo da educação do estado que demanda mais vagas, mas também maiores condições de acesso (transporte, uniforme escolar, alimentação, conforme vimos nas demandas das crianças e adolescentes) e permanência.

No âmbito de indicadores de qualidade, também temos gargalos importantes. Nos índices de adequação de série/idade vemos os seguintes números para o Ensino Fundamental e Médio em 2024:

9 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/primeira-infancia-acesso-a-creche-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

10 Tabela de gastos previstos para universalização de creches. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/politica/cidades-do-piaui-podem-ter-impacto-de-2-bilhoes-com-obrigatoriedade-de-vagas-em-creches-394461.html#:~:text=Segundo%20um%20estudo%20da%20CNM,matriculadas%20na%20rede%20de%20ensino>. Acesso em: 02 dez. 2024.

11 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-piaui-2023.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

12 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-piaui-2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Tabela 1 – Dados de conclusão de nível de ensino em idade adequada

	Fundamental I	Fundamental II	Ensino Médio
Conclusão na idade adequada	93%	79%	57%
Aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática	31,9%	13,3%	3,9%

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/estados-pi.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Um dos pontos elencados nas escutas que pode contribuir para essa situação é a infraestrutura escolar. Esse é um dos pontos centrais das reivindicações. Podemos ver que essas reivindicações coincidem largamente com dados preocupantes da infraestrutura escolar no Piauí que, segundo dados do Todos Pela Educação¹³, conta com as seguintes estruturas. Destaquemos que há um total de 3.695 escolas no Piauí:

Tabela 2 – Infraestrutura Escolar Piauí – 2024

Item	Porcentagem presente	Número de escola sem a infraestrutura
Água Potável	96,7%	122
Esgoto	16,1%	3100
Banheiro	98,2%	66
Energia Elétrica	98,8%	44
Quadra de Esportes	26%	2734
Biblioteca/Sala de Leituras	31,9%	2516
Laboratório de Ciências	4,5%	3529
Laboratório de Informática	18,5%	3011
Acesso à Internet	90,2%	362

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/estados-pi.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

O que vemos na tabela acima é uma situação preocupante em vários aspectos e absolutamente precária em outros. A inexistência de elementos

¹³ Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/estados-pi.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

como água potável, banheiro e energia elétrica é simplesmente alarmante por ferir direitos básicos de mínimo de dignidade e direitos humanos nas condições escolares. No âmbito pedagógico, a quase inexistência de laboratórios de ciências, de bibliotecas, quadra de esportes e laboratórios de informática força o questionamento sobre a precariedade do sistema, apesar do volume de matrículas. Lembremos, novamente, a sensibilidade das crianças e adolescentes na reivindicação dessas questões como centrais para a melhoria do direito à educação. Passemos agora para outro importante limitador da qualidade da educação piauiense: a adequação da formação docente.

Esse é um dos gargalos da educação piauiense. O Estado organiza poucos concursos e, nas redes municipais principalmente, ocorrem muitas contratações por indicação política. Essa prática é corroborada pelos altos dados de inadequação da formação docente. Conforme segue na tabela com valores da formação adequada:

Tabela 3 – Adequação da Formação Docente – 2022

Sistema de Ensino	Infantil	Fundamental Inicial	Fundamental Final
Rede Municipal	46,9 %	48,8%	32,3%
Rede Estadual	60.3 %	54,9%	56,2%
Escolas Municipais Urbanas	51.8 %	55,6%	46,9%
Escolas Municipais Rurais	37.3 %	38,8%	19,1%
Escolas Estaduais Urbanas	60.3 %	55,1%	56,6%
Escolas Estaduais Rurais	43.3 %	36,2%	49,7%

Fonte: Dados disponíveis em publicação do MEC. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoess/MapeamentodaAdequaoDocentenoBrasil_111220221_compressed.pdf. Acesso em: 16/12/2024.

Há uma forte distorção na adequação da formação docente. O maior índice é de apenas 60,3% de adequação no infantil da rede estadual. Todos os demais ficam abaixo de 60%, chegando a apenas 36,2% no caso das escolas estaduais rurais de Ensino Fundamental Inicial. É comum ouvirmos de ex-discentes graduados em História que conseguiram emprego ministrando aulas das mais diversas disciplinas em escolas municipais e estaduais.

Por fim, podemos perceber uma forte correlação entre as demandas das crianças e adolescentes e os dados sobre o sistema educacional do Piauí. Apesar das limitações dos dados, tanto pela disponibilidade dos mesmos quanto pelas limitações de espaço no próprio texto, é possível perceber uma situação preocupante na educação piauiense nos diferentes aspectos. Tendo como ponto forte o percentual de matrícula, a falta de investimentos compromete que a matrícula seja transformada em direito de ensino de qualidade, participativo e democrático. Vemos que os dados permitem aprofundar a perspectiva e o diagnóstico das crianças e adolescentes apontados nas escutas.

1.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB OLHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PRESENÇA, AUSÊNCIA E DESEJOS

O Piauí é um dos estados mais pobres do país. Seu IDH é um dos 5 mais baixos entre todos os estados brasileiros. Uma das 10 menores rendas familiares do país. Apesar de ser possível notar, nos dados que apontam essas informações, melhorias nas últimas 3 décadas, há ainda um amplo espaço de crescimento. Com essas condições, temos um dos principais pontos de atenção na garantia, promoção e disseminação dos Direitos Humanos para Crianças e Adolescente, o sistema de Assistência Social. A relevância dessa dimensão das ações do estado se fez presente nas reivindicações apresentadas nas escutas. O foco das crianças e adolescentes esteve no acesso ao serviço, na melhoria estrutural dos espaços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e na maior oferta de atividades para crianças e adolescentes. É importante notar que as escutas, realizadas em atividades organizadas pelo CRAS I da cidade de Oeiras, contribuíram para a ênfase nessa questão. Vejamos:

Melhorias no CRAS:

- Mais jogos, oficinas, cursos nos CRAS;
- Melhorias no lanche no CRAS;
- Diminuição no tempo de espera para atendimentos;
- Ampliação de atividades como o Hip Hop e o Makulê.

Acesso aos serviços do CRAS:

- Maior frequência de visitas de psicólogos e assistentes sociais nas comunidades rurais;
- Disponibilização de transporte urbano para as atividades do CRAS.

Outros:

- Criação de espaço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de violência e/ou vulnerabilidade;
- Criação de Centros para Crianças e Adolescentes (inspirados nos espaços/clubes de entretenimento para idosos);
- Maior contato com os grupos de idosos da cidade.

Durante as escutas foi possível perceber diferenças entre as crianças e os adolescentes que frequentavam o espaço do CRAS na cidade e aquelas do Quilombo Queiroz, que recebiam serviços e ações na comunidade. Enquanto na cidade o foco esteve na melhoria dos serviços e ampliação das atividades e no transporte urbano para acesso ao CRAS, na zona rural percebemos a demanda por maior presença de profissionais (psicólogos e assistentes sociais) e atividades. Essa demanda é permeada pela especificidade da rotina de ação da instituição na zona rural¹⁴. As visitas comunitárias de psicólogos e assistentes sociais ocorrem durante o dia, momento em que boa parte das crianças e adolescentes estão na escola. Assim, mesmo quando há a presença na comunidade, esta não atinge ou não é percebida pelas crianças. A atividade de oficina de Makulê é a principal atividade destinada às crianças e adolescentes quilombolas, sendo realizada à noite, variando sua frequência entre semanal, quinzenal ou mensal, de acordo com a disponibilidade de recursos. Inclusive, no momento das escutas (julho de 2024) não havia recursos e, portanto, parte das atividades estavam sendo suspensas.

Outro desafio é a própria diversidade de serviços apresentados ou não para as crianças e adolescentes. As escutas produziram demandas pela maior oferta de momentos de aprendizado, lazer e entretenimento. A carência de espaços desse tipo no município de Oeiras, em especial na zona rural, fez com que o CRAS e suas oficinas fossem vistos não só como uma prática de assistência social, como também elemento de sociabilidade, construção de identidades e lazer. No caso específico do Quilombo Queiroz, a distância para a cidade e seus diferentes espaços aprofunda a questão. As crianças da comunidade estudam em um vilarejo próximo, enquanto os adolescentes são enviados para a cidade para o ensino do Fundamental II e Ensino Médio, tendo, assim, contato com diferentes formas de viver a adolescência e juventudes, o que permeia suas expectativas.

14 As atividades do CRAS no quilombo Queiroz são realizadas em uma precária estrutura que servia como escola até cerca de 2020 (duas salas de aula, um banheiro) ou em uma quadra de esportes localizada em frente. As estruturas ficam no centro da comunidade, não implicando dificuldades de transportes.

Por fim, podemos perceber uma interpretação específica das ofertas de serviços e ações do CRAS e do sistema de assistência social em geral e a expectativa e demanda das crianças e adolescentes. Elementos como entretenimento e lazer são funções de outros “braços” governamentais, como Cultura, Esporte e Educação. Entretanto, tendo a materialidade do acesso a alguns desses elementos a partir do CRAS, as crianças e adolescentes produziram uma compreensão que imbricou essas demandas e ofertas a esse espaço.

Um outro elemento precisa ser apontado. As escutas demonstraram um descompasso entre políticas e o acesso ou conhecimento destas. Este descompasso reforça a necessidade de melhor comunicação dos diferentes elementos das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Mas, além da comunicação, gostaríamos de destacar que programas que tenham como público alvo crianças e adolescentes poderiam, ou mesmo deveriam, ter momentos de contato direto com estes e não apenas com responsáveis. O efeito na compreensão, no sentimento de visibilidade e, também, nos sentidos de pertencimento a uma rede de serviços permitiria uma complexificação na rede e nas relações de apoio e assistência social que contariam com relações mais diretas com seu público alvo.

1.5 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PIAUÍ EM NÚMEROS

Visando mediar a discussão das escutas, precisamos pensar as condições sociais piauienses a partir de seus dados socioeconômicos e, também, das estruturas assistenciais atuantes no território, exercício ao qual nos dedicamos neste tópico. O Piauí conta, em 2025, com uma população total estimada em cerca de 3,2 milhões de habitantes. Desse total, quase 2,2 milhões de pessoas — mais de dois terços da população — estão registradas no CadÚnico, instrumento fundamental de acesso a programas sociais. Desse contingente:

- 1.364.036 estão em situação de pobreza;
- 421.973 pertencem a famílias de baixa renda;
- 387.140 vivem em famílias com renda acima de meio salário mínimo.

Esses números permitem perceber a centralidade das políticas de assistência social para a sobrevivência cotidiana de grande parte da população piauiense. Em âmbito estadual, o sistema de Assistência Social é abrigado dentro da SASC – Secretaria de Assistência Social Trabalho e Direitos Humanos. Sua capital, Teresina, concentra a maior parte dos serviços de Assistência Social, ainda, com baixos progressos na descentralização dos

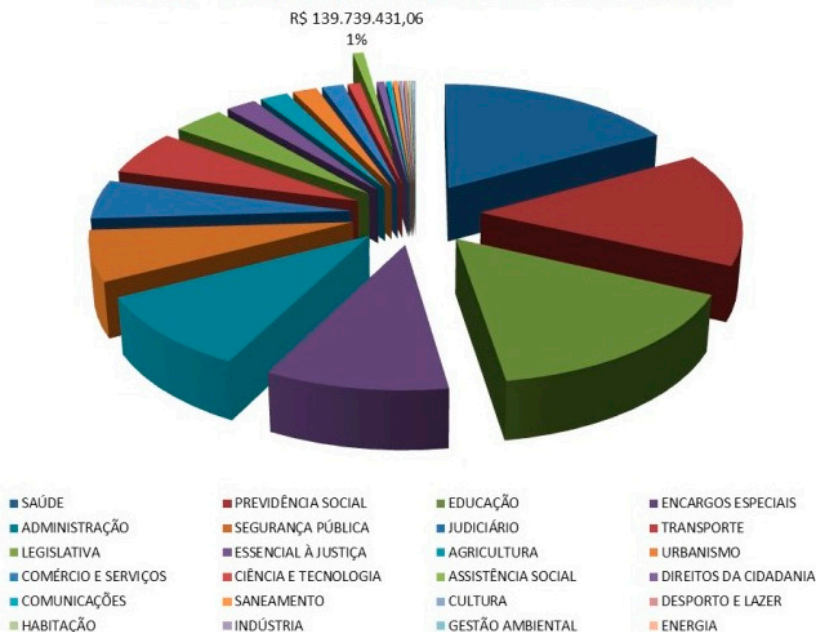
mesmos. Veremos abaixo um conjunto de dados que aponta uma necessidade de ampliação de orçamento e descentralização das estruturas da Assistência Social.

Um dos elementos centrais para pensarmos essa estrutura no Piauí é compreender a dimensão da demanda. Isso pode ser pensado de diferentes formas, mas vemos no CadÚnico uma importante ferramenta. No âmbito das infâncias e adolescências, o CadÚnico apresenta dados preocupantes. Há uma desproporção entre os cadastros de crianças e adolescentes em relação à população geral. O Piauí contava, em 2021, com 27,4% de sua população até 17 anos. Entretanto, os dados de 2025 do CadÚnico apontam que, entre os cadastrados, 32,65% são crianças e adolescentes com até 17 anos. Dessa forma, notamos que crianças e adolescentes são desproporcionalmente atingidos pela pobreza.

Em nossas escutas, as crianças e adolescentes presentes eram, majoritariamente, pretos ou pardos. Já na escuta realizada no Quilombo, o público era, integralmente, preto ou pardo. Há uma desproporção na situação de pobreza quando vemos a relação étnico racial. Nos dados do CadÚnico, no qual 86,21% das pessoas cadastradas são negras ou pardas, 77,18% da população piauiense é preta e parda. Assim, vemos uma desproporção de pessoas negras e pardas em situação de pobreza.

Essa situação poderia ser amenizada com uma política estadual que pudesse atuar diretamente na Assistência Social. Entretanto, o que vemos no estado do Piauí é uma fragilidade orçamentária significativa. No âmbito estadual, o orçamento de 2023 contava com cerca de 140 milhões de reais de orçamento, um valor de cerca de 42 reais per capita.

Quando vemos a distribuição dos gastos estaduais essa preocupação se acentua.

Imagem 1 – Despesa por função do executivo estadual

Fonte: Elaborado pelo TCE/PI – 2023 (SIAFE/2022).

O gráfico de 2023 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI) deixa evidente a baixa ênfase do governo estadual nos investimentos em Assistência Social. Isso repercute na desvalorização das carreiras de trabalhadores do setor, em limitações de infraestrutura necessária, na dependência de políticas e recursos federais para cobrir as necessidades desse setor.

Desse volume de recursos, um volume ainda menor é direcionado especificamente a políticas voltadas à Infância e Adolescência. O mesmo relatório do TCE mostra os valores para 2023. Do total de recursos, 1.167.000 reais foi destinado ao “Fortalecimento do Atendimento à Primeira Infância – Programa Criança Feliz”; 53.743,50 foi destinado à “Promoção de Ações Estratégicas para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, Abuso e Exploração Sexual”; e 457.344 para a “Regionalização das Unidades de Acolhimento para Crianças, Adolescentes, Jovens, População de Rua, Mulheres e Idosos”. Embora outras alíneas orçamentárias também contribuam para o atendimento das infâncias e adolescências, o volume de recursos específicos é preocupante. Em especial, para a Promoção de Ações para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, Abuso e Exploração Sexual com pouco mais de 50 mil reais. A título de contextualização, é importante destacar a insuficiência dessa política. Em exemplo disso, no âmbito da sexualização precoce e, potencialmente, do abuso exploração sexual, os dados de 2022, em que

foram registrados 223 casamentos envolvendo crianças e adolescentes no Piauí, representando um percentual de 2,54% dos casamentos totais, o 10º maior índice entre as unidades federativas. A média brasileira é de 1,7% dos casamentos totais, colocando o Piauí em situação bastante precária nessa estatística.

O que podemos perceber é uma baixa ênfase nos investimentos em Assistência Social por parte do governo do Estado do Piauí, gerando uma insuficiência na atenção às crianças e adolescentes. Essa problemática pode ser percebida nos elementos reivindicados por estes no ato das escutas. De diferentes formas, um dos aspectos centrais na solução das demandas passa por um incremento orçamentário para o setor e, em especial, para atividades direcionadas a esse público.

Outro aspecto que veremos como desdobramento da questão orçamentária é a situação dos equipamentos de Assistência Social. Temos clareza de que o financiamento destes ocorre, em cada caso, por diferentes fontes de recursos. Entretanto, na visão da população em geral e das crianças e adolescentes nas escutas pode não existir essa distinção. O que se estabelece, muitas vezes, é a dimensão da existência ou não do serviço público. Assim, optamos, na pesquisa, por diagnosticar um conjunto de instituições e pensar suas condições no Piauí.

O CRAS é o equipamento mais presente, são 274 unidades nos 224 municípios. A presença não necessariamente garante qualidade ampla. Vejamos a avaliação dos CRAS no estado por meio do IDCRAS na tabela abaixo, construída pelo TCE-PI:

Imagem 2 – Tabela sobre a Evolução da avaliação do CRAS

TERESINA	DIMENSÃO			ID SINTÉTICO
	ESTRUTURA FÍSICA	RECURSOS HUMANOS	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	
ID CRAS 2018	2,84	4,89	3,26	3,67
ID CRAS 2019	4,00	4,79	3,26	4,02
ID CRAS 2020	2,79	4,84	3,89	3,84
ID CRAS 2021	2,16	4,63	1,53	2,77

Fonte: Apresentação da SEM/CASPI no TCE – 2023. Disponível em: <https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2023/05/levantamento-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

Como é possível perceber, há uma discrepância importante entre os recursos humanos, considerados ótimos, a estrutura física, pior indicador, e os serviços e benefícios. Mais preocupante, ainda, é que, entre 2019 e 2021, houve queda constante nos indicadores. Investimentos nas estruturas físicas dos CRAS são importantes para que o ambiente seja receptivo e não estigmatizante. Esse ponto é especialmente importante para o Piauí pois, como temos discutido, muitos serviços culturais, esportivos e de saúde para crianças e adolescentes piauienses estão concentrados nesses espaços. Evidência desse limite é que outro elemento da política de Assistência Social, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), presente em apenas 72, contam com CREAS.

Um dos meios de desafogar os CRAS das suas dimensões culturais, esportivas e recreativas seria a ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁵. Entretanto, há apenas 14 municípios no Piauí que contam com essa estrutura organizada. Esses serviços são ofertados em diversos espaços, especialmente, nas estruturas do CRAS. No caso de Oeiras-PI, os serviços de convivência ocorrem em diversos espaços emprestados (escolas, CRAS, quadras de esporte, praças, universidade). Essa foi a ação de Assistência Social mais lembrada e elogiada nas escutas. Importante destacar que estas foram realizadas em um grupo de Hip Hop da cidade de Oeiras (sediado no prédio do CRAS) e em um grupo de Makulêlê do Quilombo Queiroz. Ambas as atividades fazem parte de iniciativas dos Serviços de Convivência. Uma das demandas das crianças e adolescentes usuárias do serviço é a ampliação da universalização e o aperfeiçoamento de equipamentos que possam permitir essas ações.

Ainda é importante mencionar a existência de ações específicas no estado. Entre elas se destacam a articulação entre proteção e cuidado necessários para casos em que crianças e adolescentes se encontram em situação de risco e/ou abandono. Assim, temos a Casa Reencontro, fundada em 2014, que atende crianças de 0 a 12 anos que estejam sob medidas de proteção. Em paralelo, há a Casa de Punaré, criada em 2000, que atende adolescentes do sexo masculino. Ambas as instituições estão localizadas em Teresina, gerando um problema com a indisponibilidade de serviços do gênero em outros lugares no interior e/ou litoral do estado. Como medida complementar, há o programa Família Acolhedora que, em 2025, contava com apenas 21

¹⁵ Criado em 2005, no escopo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias. Também busca promover trocas de experiências, valorizando um ideal de vida coletiva.

famílias cadastradas¹⁶. Estas recebem um auxílio de 1000 reais para acolher crianças e adolescentes em situação de risco. Entretanto, o baixo número de famílias cadastradas coloca um desafio para o sistema.

A ampliação de serviços existentes, bem como a interiorização de ações, que ainda estão muito concentradas na capital do estado, constituem desafios centrais para o atendimento das demandas apresentadas nas escutas de crianças e adolescentes. Para tanto, faz-se necessário encarar o histórico desafio do orçamento público que precisa ser estruturado de maneira a atender às diferentes e complexas necessidades de um estado como o Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos produzir um levantamento diagnóstico das demandas de infâncias e adolescências do Piauí para o PNDH-CA, focando na Educação e Assistência social. Para tanto, focamos na apresentação das demandas de crianças e adolescentes levantadas nas escutas realizadas no município de Oeiras/PI, em 2024. Ampliamos esse olhar a partir da apresentação de dados que pudessem contribuir para a compreensão do contexto no qual estão inseridos. O conjunto de dados não tem por objetivo ser “exaustivo” ou “totalizador”, mas sim permitir a compreensão de aspectos específicos e relevantes para o contexto das crianças e adolescentes do Piauí.

A experiência da pesquisa, construída no processo de revisão do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA), reafirmou a urgência de incorporar crianças e adolescentes como sujeitos de direito e de história. Esta não é uma reivindicação meramente normativa ou discursiva. Trata-se, antes, de um chamado epistemológico: reconhecer as infâncias como produtoras de sentidos, de saberes e de práticas que tensionam estruturas adultocêntricas há muito naturalizadas na produção do conhecimento, nas políticas públicas e nos modos de representação social.

A escuta das crianças e adolescentes nos grupos culturais de Oeiras, mediada metodologicamente por rodas de conversa, nos revelou muito mais do que demandas pontuais. A partir de suas narrativas, o que emergiu foi um conjunto de diagnósticos sociais, interpretações críticas do cotidiano escolar, das condições materiais de políticas públicas e das formas de exclusão que marcam suas experiências. É possível afirmar que essas escutas expressam experiências sociais, disputas por visibilidade e construções de

16 Disponível em: <https://www.pi.gov.br/governo-do-piaui-concede-auxilio-de-r-1-mil-para-familias-acolhedoras-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

agências em meio às restrições estruturais.

Nesse sentido, este trabalho posiciona-se em diálogo com a renovação historiográfica que, desde o final do século XX, tem problematizado a ausência das infâncias nos discursos históricos. Seguindo autores, como Arend (2020); Miranda (2018); Corsaro (2011); e Cruz e Martins (2017), compreendemos que a criança não é apenas objeto de políticas ou destinatária de ações pedagógicas e assistenciais, mas sim sujeito político ativo, com capacidade de análise, proposição e reivindicação.

Além disso, a escassez e a fragmentação de dados públicos sobre temáticas fundamentais, como atuação dos Conselhos Tutelares, diversidade de gênero nas escolas ou acesso à assistência social no interior, apontam para uma fragilidade institucional. Essa fragilidade, por sua vez, impacta diretamente a capacidade do Estado de planejar, executar e avaliar suas ações. Portanto, reivindicar políticas públicas voltadas à infância e adolescência também é reivindicar a produção e a democratização de dados de qualidade, territorializados e interseccionais. O aprofundamento de discussões sobre a diversidade de gênero nas escolas, com novas pesquisas e produções acadêmicas, é um desafio que permanece em voga em nosso estado. Afinal, aprofundar as discussões interseccionais é necessário para que as dimensões de classe, raça e gênero possam ser percebidas também nas infâncias, adolescências e juventudes piauienses.

Ao propor que as crianças e adolescentes do interior piauiense sejam escutados em sua complexidade, este texto visa contribuir para descentralizar os olhares sobre as infâncias e adolescências brasileiras. Em um campo historiográfico ainda fortemente marcado pela hegemonia de narrativas construídas a partir dos grandes centros urbanos e das experiências adultas, visibilizar as juventudes do sertão, suas práticas culturais, suas reivindicações e formas de resistência é também um ato político e historiográfico. Com isso, buscamos não apenas documentar desigualdades, mas também reconhecer saberes e práticas sociais que constroem sentidos de pertencimento, cidadania e transformação.

Por fim, a pesquisa nos convoca a repensar a própria atuação do historiador diante das infâncias e adolescências. Ao assumirmos essas vozes como fontes históricas legítimas, reafirmamos o compromisso com uma escrita da história que seja mais democrática, situada e sensível às experiências daqueles que historicamente foram silenciados. Que este trabalho, ainda que parcial e situado, possa contribuir para um campo historiográfico mais atento às infâncias, adolescências e juventudes, e que inspire novas formas de escuta, escrita e atuação política e pedagógica.

REFERÊNCIAS

- ALBARRÁN, Elena J. En busca de la voz de los herederos de la Revolución: Un análisis de los documentos producidos por los niños, 1921-1940. *Relaciones, Zamora*, v. 33, n. 132, p. 17-52, 2012.
- AREND, Silvia Maria Fávero. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo, Niterói*, v. 26, n. 3, p. 605-623, set./dez. 2020. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2020V26O3O5.
- CORSARO, William A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COSTA JÚNIOR, José dos S. A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 15, n. 30, p. 158-204, 2023. DOI: 10.14295/rbhcs.v15i30.14989.
- CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim. Políticas públicas e a voz das crianças. *Laplage em Revista*, v. 3, n. 1, p. 30-45, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521005>.
- DAMINELLI, Camila Serafim; MACHIESKI, Elisangela da Silva; LAZAROTTO, Aline. F. Panorama da História das Infâncias na América Latina: conversa com historiadoras da Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina - REHIAL. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 1, p. 274-283, 2021.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.
- GOUVÊA, Maria Cristina S.; CARVALHO, Levindo D.; SILVA, Isabel de O. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, 2021.
- HART, Roger. La participación de los niños: de la participación simbólica a la participación auténtica. *Editorial Nueva Gente*, Bogotá, Colombia, 1993.
- MACHIESKI, Elisangela da Silva. Nas páginas dos processos judiciais: crianças e adolescentes, suas vozes, participação protagonista e conduta. *Tempo e Argumento*, v. 14, p. e0202, 2022.
- MIRANDA, Humberto da Silva. Aulas de História e os direitos das crianças e dos adolescentes: entre possibilidades e desafios. *História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 160-178, 2018.
- OLIVEIRA, Assis da C. Colonialidade, infâncias e juventudes. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 89-114, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i2.50253.

- PASSERINI, Luisa. *A Memória Entre a Política e Emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PIRES, Flávia Ferreira. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 133-151, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v17i17p133-151>.
- PIRES, Flavia Ferreira; SANTOS, Patricia Oliveira dos. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 318-342, set./dez. 2019.
- QUAPPER, Claudio D. Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción. *Última Década*, Valparaíso, n. 36, p. 99-125, jul. 2012.
- SOSENSKI, Susana. Enseñar historia de la infancia a los niños y las niñas: ¿para qué? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 132-154, jan./abr. 2015.
- ZALUSKI, Jorge Luiz. Entre a infância e a vida adulta: as fases da vida nas legislações educacionais em contexto de ditadura militar. *Confluenze*, v. 13, p. 53-78, 2021.

Recebido em: 24/07/2025

Aceito em: 24/12/2025